



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**A IMPORTÂNCIA DO AUTOFINANCIAMENTO PARA O FINANCIAMENTO DO
PROCESSO DE EXPANSÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**

**ISABEL CRISTINA GOZER; REGIO MARCIO TOESCA GIMENES; GERVALDO
RODRIGUES CAMPOS; AMATI PRICILA; ROMEU FERRARI JUNIOR;**

UNIPAR

UMUARMA - PR - BRASIL

isa@unipar.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

**A IMPORTÂNCIA DO AUTOFINANCIAMENTO PARA O FINANCIAMENTO DO
PROCESSO DE EXPANSÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a gestão financeira de cooperativas agropecuárias através da utilização de indicadores elaborados fundamentados na teoria da estrutura de capital e autofinanciamento, evidenciando a capacidade de autofinanciamento e o autofinanciamento. A metodologia proposta foi uma pesquisa descritiva de vinte cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, e o referencial teórico contemplou a importância do cooperativismo para o Estado do Paraná, a geração de poupança e crescimento das empresas, estrutura de capital e autofinanciamento e o autofinanciamento cooperativista. Após a análise e discussão dos resultados, mesmo considerando as limitações de uma análise descritiva, percebe-se que a orientação para o financiamento do processo de expansão através do autofinanciamento não é

oposta propósito cooperativista, mas sim, uma condição para que a cooperativa possa cumprir sua missão e manter-se no mercado prestando serviços aos seus associados e remunerando melhor. conclui-se que a formação do autofinanciamento é um fator relevante ao desenvolvimento econômico das cooperativas, mas observa-se que as cooperativas analisadas não conseguem ter uma política de captação interna de recursos, que são necessários para diminuir a dependência do mercado financeiro, pois os juros acabam corroendo a rentabilidade das empresas.

Palavras-chave: capacidade de autofinanciamento, gestão financeira, cooperativismo, cooperativas agropecuárias, processo de expansão.

Área Temática: Instituições e Organizações na Agricultura

Apresentação com presidente da sessão e sem a presença de debatedor

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo agropecuário no Paraná é um setor de grande relevância em tamanho e importância, pois representa 53% da economia agrícola do estado e representa 18% do PIB do Paraná(OCEPAR, 2005). Não obstante, existe elevada diversificação nos modelos de gestão das cooperativas, pois a nível nacional não existe qualquer política objetiva para auxiliar o processo de gestão dessas organizações, e com isso, todo o sistema cooperativista sofre desgastes, tanto junto à opinião pública, como junto ao sistema financeiro, com reflexos no seu processo de capitalização. Muitos mecanismos podem ser usados para acompanhar e melhorar o processo de gestão financeira das cooperativas, mas muitas relutam em ver as informações sobre seu desempenho econômico, financeiro e principalmente social divulgadas ao público.

Diante da relevância do setor e da necessidade de aprimorar o seu processo de gestão, julga-se de vital importância a realização de pesquisas nessa área, enfocando o processo de gestão financeira das cooperativas agropecuárias do Paraná, especificamente no que se refere à sua capacidade de autofinanciamento, ou seja, a sua capacidade de geração de resultados econômicos operacionais, que possibilitem financiar internamente e em grande proporção o capital de giro e os investimentos necessários para a manutenção da cooperativa agropecuária. Para Fleuriet (1980, p. 25), o autofinanciamento pode ser considerado o motor que alavanca o desenvolvimento e o crescimento da cooperativa, com reflexos diretos nos seus associados.

Gimenes (2005) esclarece as cooperativas agropecuárias possuem algumas particularidades que não estão presentes nas firmas de capital, pois as cooperativas são controladas pelos associados que são ao mesmo tempo donos e clientes e recebem os benefícios gerados por ela, sendo assim a formação do autofinanciamento é o principal entrave para o desenvolvimento econômico das cooperativas, fazendo com que a dependência de recursos de terceiros é uma fonte relevante para o seu crescimento.

O principal objetivo deste artigo é analisar o processo de desenvolvimento e crescimento econômico cooperativo através da captação e aplicação de recursos financeiros próprios, ou seja, a capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Geração de poupança e crescimento das empresas

Numa empresa as decisões de financiamento, investimento e distribuição de dividendos constituem-se vitais para o processo de crescimento da mesma. A política de investimento das organizações, que determina a composição dos ativos, consiste na alocação eficiente de recursos frente as alternativas de projetos de investimentos.

Todas as empresas possuem somente duas fontes de recursos: capital próprio e capital de terceiros, cabendo assim aos seus gestores determinar qual a melhor alocação de recursos para seus investimentos, ou seja, qual a melhor estrutura de capital da empresa.

Segundo Filardo (1979, p.22 –23):

Em princípio é razoável supor-se que a divisão do financiamento entre recursos próprios e de terceiros dependa de disponibilidade dos recursos de terceiros, do grau de flutuação da taxa de juros, da visão de risco dos administradores, do grau de incerteza associado à demanda pelo produto e das limitações impostas por uma dada estrutura de capital da empresa. [...] Além de todos estes fatores na determinação da poupança das empresas ou

de seus recursos próprios deve ser considerada a sua política de dividendos, pois esta determinará a partição do lucro total entre a parcela retida e a parcela distribuída.

O lucro gerado por uma empresa num determinado período tem duas finalidades básicas: retenção para autofinanciamento ou distribuição aos acionistas na forma de dividendos. A distribuição de dividendos é prioridade para a empresa, sendo a disponibilidade de recursos para o autofinanciamento dos seus projetos de investimentos uma conseqüência dessa distribuição. Um comportamento conservador na política de distribuição de dividendos pode levar a empresa a uma maior capacidade de autofinanciamento.

Para enfatizar a importância da geração de poupança no financiamento do processo de expansão da empresa, considera-se a possibilidade dela se financiar com capitais de terceiros. Para que isso ocorra seria necessário uma análise mais acurada. Sobre essa possibilidade, Filardo (1979, p. 22-23), afirma o seguinte:

Ao analisarmos mais profundamente a possibilidade da empresa utilizar-se apenas dos recursos ofertados pelo mercado de capitais e financeiro, para se financiar, concluímos que esta só se verificaria se as seguintes condições forem satisfeitas:

- As características do mercado financeiro são tais que a empresa sempre se defronte com uma oferta de fundos infinitamente elástica;
- As características do mercado de ação e dos acionistas são de forma a possibilitar sempre a captação de recursos através de colocação adicional de ações;
- Existe perfeita simetria na avaliação dos retornos esperados do projeto de investimento entre aqueles que emprestam os fundos e os que demandam;
- A estrutura de capital da empresa não impõe restrições à possibilidade de utilização de várias fontes de fundos.

É praticamente impossível uma empresa encontrar as quatro condições acima citadas, independentemente do seu ramo de atividade ou porte. Com isso fica claro que a geração de poupança é necessária para o investimento no seu processo de expansão, principalmente em épocas em que não há muitos recursos disponíveis no mercado financeiro ou de capitais.

No mercado financeiro a empresa se defronta com uma taxa de juros dada. Mesmo que haja discriminações entre empresas, de forma que as grandes obtenham fundos a custos mais baixos que as pequenas, deve-se supor que dada uma taxa de juros, a concorrência entre as empresa grandes faz com que nenhuma delas tenha condições de alterar o preço do dinheiro. Logo, mesmo que a empresa seja grande no mercado de seu produto, dificilmente o será, com a mesma intensidade, no mercado financeiro (MARRIS, 1971, p. 87).

Diante disso, quando uma empresa encontrar-se numa situação em que haja restrições no mercado de capitais e financeiro, a mesma deverá praticar uma política de preços que permita obter a geração de recursos internos suficientes para financiar seu processo de expansão. Essa atitude possibilitará à empresa uma postura até certo ponto independente das ofertas do mercado de capitais e financeiro.

Esta possibilidade, com a qual a empresa conta, de praticar uma política de preços dos seus produtos que lhe permita ampliar o volume de lucros, e conseqüentemente o volume de recursos para autofinanciamento, deve estar sujeita a amplas variações, dependendo do setor de atividade em que a empresa atua, do seu tamanho e do seu poder de mercado, pois se uma grande empresa no mercado oligopólico possui algum poder de fixar o preço

de seu produto, o mesmo não acontece com uma pequena empresa de um mercado altamente concorrencial (GIMENES, 1995, p. 79).

A estrutura de financiamento de uma empresa, distribuída entre recursos próprios e de terceiros, difere bastante de empresa para empresa. De um lado ficam aquelas que têm o poder de decidir o preço do seu produto, com isso aumentam os seus lucros e, conseqüentemente sua capacidade de autofinanciamento, tornando-se assim, relativamente independentes do mercado financeiro. De outro lado, situam-se as empresas que não possuem poder para determinar o preço de venda do seu produto, pois atuam num mercado altamente competitivo, onde o preço lhe é dado, o que faz com que tenham lucros menores e, simultaneamente, menor capacidade de autofinanciamento e uma maior dependência de capitais de terceiros.

As indústrias estão divididas em dois grandes grupos, sendo cada um composto por empresas de diferentes tamanhos. [...] O primeiro grupo, isto é, o setor competitivo, caracteriza-se pela existência de várias empresas pequenas que são em conjunto responsáveis por parcela razoável do produto total da indústria. [...] Estas obtêm lucros normais, utilizando-se de pouco capital, sendo grande a possibilidade de entrada de novas empresas concorrentes. [...] O segundo grupo, isto é, o setor oligopólico, caracteriza-se pela existência de lucros acima do normal até para as menores empresas, sendo que a necessidade de capital é tal que há dificuldade para a entrada de novas empresas (STEIDL, 1983, p. 40).

Para a empresa, tanto as fontes de recursos próprios quanto a de terceiros, possuem determinados custos. A retenção de lucros para a geração de poupança implica em custos de aporte individual que podem causar insatisfação dos acionistas. Mas isso pode ser solucionado através de adequada política de distribuições de dividendos. A obtenção de recursos no mercado financeiro também tem custos, as despesas financeiras, que devem ser avaliadas na obtenção desses recursos.

O objetivo principal de uma empresa capitalista é expandir suas vendas para aumentar seus lucros e isto implica diretamente na expansão de sua capacidade produtiva, que depende única e exclusivamente de sua capacidade de investimentos. Adrian Wood citado por Filardo (1979, p. 22 –23), define a retenção de lucros como a fonte de fundos mais importante para investimentos de uma empresa, introduzindo a necessidade de autofinanciamento como contribuição ao objetivo da empresa, que é o crescimento das receitas de vendas. A retenção de lucro ou geração de poupança aparece como fonte essencial para o financiamento da empresa. Com isso a quantidade de lucros a ser atingido é determinada pela quantidade de investimentos que a mesma planeja realizar.

Se o objetivo da empresa é maximizar o valor presente dos rendimentos futuros, na realização de um projeto de investimento espera-se que sua taxa de retorno seja maior que a taxa de retorno alternativa determinada externamente pelo mercado. Uma vez que a empresa deseja crescer e necessita se autofinanciar, a sua política de investimento será tal que leve em consideração a necessidade de ampliar rendimentos em geral, isto é, aqueles derivados da aplicação em ações e ativos financeiros. [...] Quanto à hipótese de que a firma se defronta com uma oferta de fundos infinitamente elástica, Adrian Wood mostra que, dados os riscos e desvantagens envolvidos nas operações de crédito, essa hipótese não é verdadeira em todos os casos. [...] Os ofertantes de fundos transacionam no mercado até dada taxa de juros, pois acima desse limite os riscos aumentam de tal modo, que eles preferem não emprestar mais. [...] As empresas sofrem restrições na possibilidade de emissão de novas ações e procuram manter um nível de endividamento que minimize os riscos da perda de controle da firma, devido a flutuações indesejadas

no nível dos lucros, que podem fazer com que os encargos financeiros se tornem muito elevados. Por estas razões, grande parte do financiamento do investimento provém da geração interna de fundos (FILARDO, 1979, p. 22-23).

De acordo com Gimenes (1995, p.86 - 87):

Financiar projetos de investimento através da geração de lucros retidos, ou seja, da capacidade de autofinanciamento das empresas, apresenta pontos positivos, muito embora esse processo possa ser limitado pelas próprias margens de lucro com que as empresas podem operar, dependendo do padrão de concorrência onde as mesmas atuam, da necessidade de distribuição de dividendos e do montante de provisão para depreciação que as empresas tenham à sua disposição.

2.2 Estrutura de capital e autofinanciamento

Como já foi citado no item anterior, determinar qual a melhor estrutura de capital é uma das decisões mais complexas da gestão financeira. O presente trabalho tem como pressuposto, que a expansão de uma empresa está intimamente relacionada à sua capacidade de geração de poupanças internas e de busca de recursos complementares no mercado financeiro e de capitais. investimentos. Pressupõe-se ainda, que a empresa escolha uma dada composição ideal de estrutura de capital, entre fontes internas e externas, de acordo com os custos desses recursos.

De acordo com Kalecki (1983, p. 75), a expansão de uma empresa depende de sua acumulação de capital a partir dos lucros correntes, isto é, depende essencialmente de sua capacidade de autofinanciamento, levando em consideração que o próprio acesso ao mercado de capital e financeiro, ou em outras palavras, o montante de recursos de terceiros que se pode obter depende em grande parte do volume do capital próprio da empresa. Isto significa que todas as demais fontes de financiamento guardam num prazo mais longo uma estreita relação com a geração de lucros auferida pela empresa. Por outro lado, este lucro, que se constitui na remuneração do capital, tem uma relação direta com as receitas e os custos diretos e indiretos através das margens de lucros.

O autofinanciamento não é um conceito comum entre os autores, mas pode ser definido como “o montante dos recursos gerados pela empresa e que são conservados para o seu financiamento interno” (FLEURIET, 1980, p. 30).

Pode-se, afirmar, então, que o autofinanciamento é a capacidade da empresa em auferir lucros, provenientes das suas atividade operacionais e suficientes para financiar suas necessidades de capital de giro e de investimentos em ativos fixos.

O autofinanciamento depende do poder de geração e retenção de lucros, sendo este poder determinado pelo volume dos investimentos anteriores, pela margem bruta de lucros auferida pelas empresas sobre seus custos diretos e pela distribuição desta margem por diversos tipos de despesas indiretas (CALABI, 1981, p. 13).

É necessário que se conheça as vantagens e desvantagens do processo de autofinanciamento que segundo Pascual (2001 apud Gimenes, 2005)

a) Vantagens do autofinanciamento:

- É uma fonte de capital maior solidez na estrutura financeira da empresa, pela maior participação de recursos próprios. Pode ser a única opção da empresa quando a rentabilidade é inferior ao custo disponível do capital de terceiros, ou quando seu atual nível de endividamento não permite captar um volume maior de recursos de terceiros em função do elevado risco financeiro.
- O autofinanciamento permite a recuperação do capital de giro com menor pressão sobre a liquidez da empresa, principalmente quando seu excedente é aplicado em ativos fixos, cujo retorno sobre o capital investido acontece no longo prazo.
- Pelo Autofinanciamento, a expansão da empresa pode ocorrer sem endividamento. Geralmente os recursos financeiros possuem um maior custo e podem deteriorar o equilíbrio financeiro da empresa.
- A maior proporção de recursos próprios na estrutura de capital possibilita á empresa, se assim o desejar, aumentar seu nível de endividamento. Isso ocorre, quando a utilização de recursos de terceiros proporciona um retorno maior aos acionistas pelo efeito da alavancagem.

b) Desvantagens do autofinanciamento:

- Uma acumulação expressiva de recursos pelo autofinanciamento que não tenha utilização momentânea pode incitar os dirigentes a investirem em projetos de investimento desaconselháveis, sob o ponto de vista econômico, motivados pelo aumento da taxa de rentabilidade a qualquer custo.
- A excessiva dependência de autofinanciamento pode produzir uma reação de aversão total a qualquer nível de endividamento, fazendo com que, às vezes, a empresa perca oportunidades de realizar bons investimentos por falta de capital.
- Incremento de autofinanciamento pode significar menor distribuição de dividendos, podendo, conseqüentemente, produzir queda no valor das ações da empresas cotadas em bolsa de valores.

Dessa forma, os recursos próprios gerados pelas empresas desempenham uma função de grande relevância no financiamento dos investimentos ativos rentáveis, essenciais às atividades das empresas no seu processo de expansão.

Constata-se também que a empresa com maior grau de autofinanciamento possui maior capacidade de expansão, uma vez que pode financiar seus investimentos com capital próprio e cria maiores possibilidades de recorrer de forma mais intensa ao mercado de capitais e financeiro, ou seja, tem maiores possibilidades de obtenção de recursos de terceiros, sem configurar riscos crescentes por elevados níveis de endividamento.

2.3 O autofinanciamento nas cooperativas agropecuárias

Todas as empresas, inclusive as cooperativas agropecuárias necessitam expandir-se, e esse processo de expansão necessita de recursos financeiros. Com isso, um dos principais elementos da estratégia empresarial consiste basicamente na forma de captação de recursos para o financiamento do seu capital de giro e dos seus investimentos fixos.

Mesmo sendo uma sociedade de pessoas, e não de capital, este último é fundamental para seu desenvolvimento, pois um dos condicionantes do investimento é o capital próprio ou

patrimônio líquido, cuja quantidade limitará o montante do investimento. O patrimônio é formado através de mecanismos de captação interna, e compreende a soma do capital integralizado, fundos (obrigatórios e instituídos em assembleias) e sobras do exercício, resultando num sistema de capitalização efetivo, que garante os investimentos e o seu desenvolvimento, tornando a empresa uma unidade autônoma de acumulação de capital.

Determinar e evidenciar a capacidade de autofinanciamento é uma ferramenta muito importante na gestão das cooperativas agropecuárias e que pode ser adotada como uma forma de gerenciamento das origens e aplicações de recursos resultantes das suas sobras auferidas num determinado período. Quando conceitua-se o cooperativismo agropecuário, ficou claro que o mesmo possui características que o diferenciam das empresas não-cooperativas, tais como:

- Sociedade de pessoas e não de capital;
- O objetivo principal é a prestação de serviços e não o lucro;
- Número de associados ilimitado;
- Cada associado tem direito a um voto, independente da quantidade de quotas-partes que subscreve e integraliza na cooperativa;
- Impossibilidade de transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade;
- O retorno proporcional ao valor das operações que o associado realiza com a sociedade e não ao valor das ações como numa empresa de capital.

Diante de todas essas peculiaridades, as cooperativas agropecuárias, para ingressarem num processo empresarial de expansão, precisam necessariamente utilizar-se de estratégias de endividamento, pois não conseguem se capitalizar internamente, através de sua capacidade de gerar e reter as sobras (autofinanciamento), pois os produtores, que são a base social das cooperativas, muitas vezes estão descapitalizados, e aumentar a retenção das sobras oneraria mais o associado. Ainda, os princípios doutrinários limitam a captação de recursos e devido à dificuldade de geração de recursos financeiros próprios, ficam dependentes do estado, o qual se torna, quase sempre, determinante para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias.

Para que seja compreendida esta situação, inicialmente é necessário ater-se ao fato de que para o sistema cooperativista o aporte de capital e investimentos é de fundamental importância para permitir a constante especialização e competitividade dessas empresas no mercado, e para que isto ocorra há diversos caminhos possíveis.

O primeiro caminho é o da capitalização via associados que, apesar de ser o mais fácil e tradicional para o sistema cooperativista, esbarra na dificuldade financeira do setor agropecuário, e em particular, do próprio agricultor cooperado, que procura a cooperativa exatamente pelo fato de esta, possibilitar a sua capitalização individual, e não com o intuito de capitalizá-la.

O segundo, que foi o caminho mais utilizado ultimamente, é aquele onde a cooperativa busca financiamento via sistema bancário, tomando dinheiro emprestado a um alto custo, tornando esse processo muito arriscado frente às possibilidades de flutuação de preços das commodities agrícolas.

Lauschner (1984, p. 76-84), num trabalho realizado em 1977, sobre agroindústria cooperativa no mundo, fez referência às diferentes formas de capitalização em cooperativas. Num primeiro momento, a capitalização da cooperativa ocorre com a admissão de associados, através da subscrição de quotas-partes de capital integralizado no mesmo ano ou ao longo de determinado período.

Uma outra forma de captação de recursos próprios é a apropriação das sobras líquidas de cada exercício social, ou seja, a não distribuição do resultado líquido operacional (sobras líquidas), de acordo com a decisão da assembléia geral dos associados.

A maneira mais significativa de capitalização das cooperativas agropecuárias é aquela realizada mediante a criação de fundos ou reservas, sustentados pela retenção de um percentual sobre o volume dos negócios de cada associado. A Lei 5.764, no seu artigo 28, regulamenta e exige a criação dos fundos de reservas para reparação de perdas e atendimento ao desenvolvimento das atividades cooperativistas. A referida lei também confere à assembléia geral, poderes para criação de outros fundos, inclusive rotativos, por tempo determinado e aplicação específica (MAGALHÃES, 1975, p. 29).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste artigo consistiram basicamente no levantamento de dados, através de uma pesquisa descritiva, onde os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as demonstrações financeiras anuais das cooperativas agropecuárias no período de 2000 à 2004.

A OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná possui atualmente 209 cooperativas filiadas de diversos setores, sendo, 70 cooperativas do setor agropecuário. Constituíram o universo do estudo 20 cooperativas agropecuárias, que foram selecionadas em virtude de terem sido as que forneceram as informações necessárias para a realização do estudo. As demonstrações financeiras foram coletadas das seguintes maneiras: visitas as cooperativas, correspondências e através de periódicos divulgados pelas próprias cooperativa contendo suas informações econômicas e financeiras. Em seguida foram extraídas das demonstrações financeiras as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. A amostra ficou assim constituída:

QUADRO 01 - Relação das cooperativas da amostra

NÚCLEO	MUNÍCIOPIO	SIGLA
NOROESTE	MANDAGUARI	COLARI
NORTE	LONDRINA	CONFEPAR
OESTE	CAFELÂNDIA	COPACOL
OESTE	CASTRO	CASTROLANDA
NORTE	ROLANDIA	COROL
NORTE	LONDRINA	INTEGRADA
OESTE	ASSIS CHATEAUBRIAND	AGROPAR
OESTE	CASCABEL	COOPAVEL
SUDOESTE	DOIS VIZINHOS	CAMDUL
CENTRO SUL	ARAPOTI	CAPAL
OESTE	CAPANEMA	COAGRO
NOROESTE	RONDON	COOCAROL
CENTRO SUL	PONTA GROSSA	COOPERPONTA
NOROESTE	CAMPO MOURÃO	COOPERMIBRA
NOROESTE	ASTORGA	NOVA PRODUTIVA
CENTRO SUL	LAPA	BOM JESUS
OESTE	TOLEDO	COOPERLAC

CENTRO SUL	CARMABEÍ	BATAVO
NOROESTE	CAMPO MOURÃO	COAMO
OESTE	PALOTINA	COOPERVELE

Fonte: OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

Na seqüência, as 20 cooperativas agropecuárias constantes da amostra foram classificadas em dois grupos: pequenas/médias e grandes cooperativas. Para isso foi utilizada a classificação pelo faturamento, fornecida pela OCEPAR, que discrimina como pequenas e médias, as cooperativas que possuem um faturamento anual de até R\$ 50.000.000,00, e como grandes, as cooperativas que possuem um faturamento anual acima de R\$ 50.000.000,00. A distribuição produziu os resultados apresentados no Quadro 3 e 4:

QUADRO 02 – Faturamento anual das pequenas e médias cooperativas

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
AGROPAR	13.172.898,81	22.440.142,05	26.151.729,03	36.404.581,76	41.424.017,66
COLARI	14.682.578,57	15.035.086,25	15.153.525,32	16.838.843,65	18.692.031,50
COOCAROL	26.598.703,00	34.240.730,00	39.495.651,00	56.327.030,00	58.965.856,00
COOPERPONTA	9.119.200,06	12.613.299,68	18.512.832,04	23.280.930,79	24.571.524,54
BOM JESUS	6.693.939,00	11.731.489,70	16.931.459,34	18.819.671,58	20.510.844,84
COOPERLAC		25.834.594,44	36.339.741,26	45.895.877,04	52.001.978,08

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 03– Faturamento anual das grandes cooperativas

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
CONFEPAR	61.837.696,47	74.898.779,45	111.398.563,29	130.267.906,23	187.509.855,76
COOPAVEL	327.408.137,00	357.556.441,00	549.441.418,00	652.895.742,53	772.561.976,75
CAMDUL	18.856.960,15	27.693.580,04	39.004.511,00	69.267.614,98	83.704.391,35
CAPAL	65.910.079,46	77.167.064,78	94.109.062,40	132.907.139,58	188.958.182,79
COAGRO	33.273.586,57	41.669.366,00	58.057.948,38	70.115.679,75	67.562.011,42
COPACOL	353.193.479,73	302.563.944,57	408.784.477,06	551.996.261,18	642.383.935,82
CASTROLANDA	189.731.000,00	228.731.000,00	304.511.000,00	441.664.000,00	552.369.000,00
COOPERMIBRA	42.070.429,57	111.904.964,46	187.385.221,80	296.857.051,02	352.177.141,96
N. PRODUTIVA	40.623.371,92	69.548.686,67	92.798.433,69	141.942.709,48	142.134.847,89
COROL	196.902.420,57	242.681.425,22	390.288.393,07	598.605.990,14	748.966.402,60
INTEGRADA	207.838.041,63	319.167.666,63	522.655.168,00	751.685.871,00	989.330.625,00
BATAVO	224.274.000,00	255.087.000,00	337.630.000,00	502.340.000,00	573.804.000,00
COAMO	1.192.989.297,00	1.544.233.241,00	2.193.814.525,00	3.184.548.298,00	3.967.656.359,00
COOPERVELE	374.694.757,88	572.558.356,80	844.594.431,97	1.167.063.930,27	1.280.212.885,06

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme se verifica nos quadros 2 e 3, de um total de 20 cooperativas que fizeram parte da amostra selecionada, 30% foram classificadas como pequenas e médias cooperativas e

70% como grandes, com base no seu faturamento anual.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram as demonstrações contábeis dos exercícios fiscais de 2000 à 2004, especificamente, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras e Perdas Acumuladas e a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.

A preocupação com a operacionalização e tratamento dos dados traduziu-se na seqüência das etapas básicas para o processo de análise financeira, que consiste em:

- Coleta dos documentos para análise;
- Conferência da documentação recebida;
- Preparação para análise: leitura, reclassificação e padronização das demonstrações;
- Análise dos relatórios e indicadores;
- Elaboração do relatório final.

A limitação da pesquisa foram concentradas nas dificuldades para obtenção das demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias, o que caracteriza uma situação divergente com a necessidade de transparência nas mesmas, por se tratar de uma sociedade de pessoas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Determinação dos indicadores da capacidade de autofinanciamento e autofinanciamento

Para o cálculo da capacidade de autofinanciamento e do autofinanciamento necessário faz-se a utilização da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Da amostra de cooperativas selecionadas, somente a AGROPAR não forneceu em nenhum período a DOAR, sendo assim nossa amostra ficou com cinco cooperativas no grupo das pequenas e médias cooperativas e catorze no grupo das grandes cooperativas. Com base nos dados da DOAR, segundo QUEIROZ (1988: 64-65), a capacidade de autofinanciamento e o autofinanciamento podem ser determinados das seguintes formas:

- **CA1** = Resultado Operacional + Amortizações + Depreciações Operacionais + Despesas Financeiras;
- **CA2** = Soma das Origens Internas de Operações de Fundos;
- **A1** = CA – Aplicações Externas;
- **A2** = CA – Ativos Fixos.

Para o cálculo da capacidade de autofinanciamento foi utilizado o indicador CA1, sugerido por Queiroz (1988:64), feitos alguns ajustes para adequá-lo ao presente trabalho sobre as cooperativas agropecuárias constantes da amostra:

- **CA** = Sobras Líquidas + Despesas sem desembolso – Receitas sem recebimento.

Este indicador demonstra qual é a capacidade que a cooperativa analisada tem de para se autofinanciar, ou seja, qual a sua capacidade de geração de recursos próprios para financiar seu processo de expansão.

Foram também separadas, todas as despesas que não representavam desembolso e as receitas que não auferiam recebimentos e conseqüentemente, não afetavam o resultado financeiro

da cooperativa e o seu capital circulante líquido. No Quadro 4 segue a relação das despesas sem desembolso e das receitas sem recebimento:

QUADRO 04 – Relação de Despesas sem desembolso e Receitas sem Recebimento – Cooperativas Agropecuárias da Amostra

DESPESAS SEM DESEMBOLSO E RECEITAS SEM RECEBIMENTO
AMORTIZAÇÃO
DEPRECIÇÃO
EXAUSTÃO
BAIXA DE BENS E IMOBILIZADO
BAIXA DE INVESTIMENTOS
PROVISÃO PARA REALIZAÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS
VARIAÇÃO MONETÁRIA SOB EMPRESTIMOS DE LONGO PRAZO
VARIAÇÃO MONETÁRIA SOB CONTA A RECEBER DE LONGO PRAZO
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS LONGO PRAZO
VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS
VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS
BAIXA DO DIFERIDO
RECEITA DIFERIDA
AUMENTO DO EX. A LONGO PRAZO
JUROS A INTEGRALIZAR
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
PERDAS COM CRÉDITOS DE COOPERADOS
DEPRECIÇÃO RESERVA DE REAVALIAÇÃO
JUROS SOBRE CONTAS DE CAPITAL
REDUÇÃO

Fonte: Elaborado pelos autores

A capacidade de autofinanciamento do grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias pode ser visualizada nos Quadros 5 e 6. Como a capacidade de autofinanciamento foi calculada a partir da Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas do Exercício, foi possível fazer o cálculo para todas as cooperativas selecionadas pela amostra.

QUADRO 05 – Capacidade de Autofinanciamento das pequenas e médias cooperativas – R\$

COOPERATIVAS	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
COLARI	107.667,00	10.817,74	91.178,38	37.720,00	51.028,20
AGROPAR	416.059,23	728.309,94	1.432.150,33	287.167,88	1.528.680,02
COOCAROL	1.313.552,00	2.000.177,00	1.767.896,00	4.186.915,00	1.211.478,00
COOPERPONTA	351.327,11	254.545,72	291.097,85	630.635,81	796.844,11
BOM JESUS	791.109,00	2.078.391,26	2.877.188,29	3.531.070,11	4.915.710,16
COOPERLAC		67.939,46	228.261,91	189.036,00	293.341,13

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 06 – Capacidade de Autofinanciamento das pequenas e médias cooperativas %

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
AGROPAR	0,82%	0,05%	0,35%	0,10%	0,12%
COLARI	2,83%	4,84%	9,45%	1,71%	8,18%
COOCAROL	4,94%	5,84%	4,48%	7,43%	2,05%
COOPERPONTA	3,85%	2,02%	1,57%	2,71%	3,24%
BOM JESUS	11,82%	17,72%	16,99%	18,76%	23,97%
COOPERLAC		0,26%	0,63%	0,41%	0,56%

FONTE: Elaborado pelos autores

A partir dos valores calculados, observa-se que todas as cooperativas agropecuárias da amostra classificadas no grupo das pequenas e médias cooperativas, possuíam capacidade de autofinanciamento, em todos os períodos analisados, ou seja de 2000 á 2004.

As cooperativas que possuíam os maiores indicadores de capacidade de autofinanciamento é a Coocarol nos anos de 2000 e 2003, e nos anos de 2001, 2002 e 2004 a cooperativa Bom Jesus. Ao relacionar esses indicadores com o faturamento de ambas constatou-se que a cooperativa Bom Jesus é a que possui o melhor desempenho, pois sua capacidade de autofinanciamento tem uma representatividade maior sobre o faturamento bruto, 11,82% em 2000, 17,72% em 2001, 16,99% em 2002, 18,76% em 2003 e 23,97% em 2004; o desempenho menos satisfatório é da Agropar que apresentou 0,82% em 2000, 0,05% em 2001, 0,35% em 2002 0,10% em 2003 e 0,12% em 2004. Observa-se também que o percentual de capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias do grupo das pequenas e médias cooperativas, excetuando a cooperativa Bom Jesus atinge a percentagem máxima de 8%.

QUADRO 07 – Capacidade de Autofinanciamento das grandes cooperativas - R\$

COOPERATIVAS	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
CONFEPAR	227.564,14	2.234.978,79	1.780.029,91	2.198.613,39	2.338.883,75
COPACOL	7.725.179,33	17.967.613,66	9.566.169,38	19.274.917,62	27.407.893,01
CASTROLANDA	5.706.000,00	9.222.000,00	11.022.000,00	19.786.000,00	25.352.000,00
COROL	7.204.621,13	6.765.845,19	9.332.294,89	10.997.542,93	17.265.045,62
INTEGRADA	5.053.193,03	8.137.488,86	12.394.833,49	19.707.346,77	23.026.129,64
COOPAVEL	4.025.317,63	13.844.369,70	19.624.899,12	44.441.080,74	65.471.229,76
CAMDUL	37.049,96	499.389,62	936.850,81	1.444.938,10	1.007.159,32
CAPAL	699.636,95	1.889.217,80	4.742.826,47	10.896.679,77	12.993.861,35
COAGRO	2.355.942,75	75.851,81	757.352,93	665.863,63	852.032,31
COOPERMIBRA	198.549,66	213.417,52	309.388,33	1.601.972,87	2.089.201,10
NOVA PRODUT.	345.308,30	544.927,13	920.181,02	1.925.954,54	2.272.896,04
BATAVO	4.698.000,00	5.386.000,00	9.997.000,00	25.370.000,00	24.637.000,00
COAMO	40.046.223,00	53.376.243,00	102.374.348,00	274.938.508,00	281.338.187,00
COOPERVALE	5.157.965,81	3.009.131,96	4.032.284,19	15.863.538,36	19.204.477,26

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 08 – Capacidade de Autofinanciamento das grandes cooperativas - %

COOPERATIVAS	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
CONFEPAR	0,37%	2,98%	1,60%	1,69%	1,25%
COPACOL	2,36%	5,03%	1,74%	2,95%	3,55%
CASTROLANDA	30,26%	33,30%	28,26%	28,56%	30,29%
COROL	10,93%	8,77%	9,92%	8,27%	9,14%
INTEGRADA	15,19%	19,53%	21,35%	28,11%	34,08%
COOPAVEL	1,14%	4,58%	4,80%	8,05%	10,19%
CAMDUL	0,02%	0,22%	0,31%	0,33%	0,18%
CAPAL	1,66%	1,69%	2,53%	3,67%	3,69%
COAGRO	5,80%	0,11%	0,82%	0,47%	0,60%
COOPERMIBRA	0,10%	0,09%	0,08%	0,27%	0,28%
NOVA PRODUT.	0,17%	0,17%	0,18%	0,26%	0,23%
BATAVO	2,09%	2,11%	2,96%	5,05%	4,29%
COAMO	3,36%	3,46%	4,67%	8,63%	7,09%
COOPERVALE	1,38%	0,53%	0,48%	1,36%	1,50%

FONTE: Elaborado pelos autores

A capacidade de autofinanciamento do grupo das grandes cooperativas agropecuárias pode ser visualizada nos quadros 07 e 08 e como no grupo de pequenas e médias cooperativas, no grupo das grandes cooperativas, todas as cooperativas da amostra possuíam em todos os períodos analisados capacidade para se autofinanciar, sendo que a cooperativa agropecuária que possui a maior capacidade de autofinanciamento em valores é a Coamo, mas ao referenciar a capacidade de autofinanciamento com o faturamento a cooperativa que possui o melhor desempenho é a cooperativa Castrolanda, com 30,26% em 2000, 33,30% em 2001, 28,28% em 2002, 28,58% em 2003 e 30,29% em 2004, observa também uma grande oscilação nos percentuais de capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias classificadas no grupo das grandes cooperativas.

A cooperativa possuir capacidade de autofinanciamento não significa necessariamente que ela tenha condições de autofinanciar seus investimentos em ativos fixos e capital de giro, em virtude disso, após a apuração da capacidade de autofinanciamento, calculou-se os indicadores de autofinanciamento, a saber:

- **A1** = CA – Aplicações Externas;
- **A2** = A1 – IAF (Investimentos em Ativos Fixos).

O primeiro indicador de autofinanciamento foi obtido através do montante da capacidade de autofinanciamento, subtraindo-se as aplicações externas, as quais no ramo do cooperativismo agropecuário foram consideradas como sendo os investimentos em outras empresas, a distribuição de sobras, as amortizações de empréstimos e financiamentos e a retirada de quotas-partes pela saída de associados das mesmas.

Das seis cooperativas classificadas no grupo das pequenas e médias cooperativas, apenas para a Agropar não foi possível calcular os indicadores de autofinanciamento, pois a mesma não elabora a DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, demonstrativo fundamental para o cálculo dos indicadores de autofinanciamento, as demais

cooperativas da amostra também não elaboraram a DOAR no ano de 2000, e a Cooperalac não elaborou no ano de 2001.

Assim, de acordo com as informações da quadro 08, observa-se que das cinco cooperativas do grupo das pequenas e médias, apenas três cooperativas conseguiram nos períodos analisados financiar suas aplicações externas, e tendo ainda sobras de recursos para financiar ativos fixos e/ou capital de giro, são elas Cocarol, Cooperponta e Cooperativa Bom Jesus, enquanto a Colari obteve indicadores negativos em três períodos analisados 2001, 2002 e 2003, sendo que fica evidente que a mesma buscou ano a ano a estabilização do indicador. Através do quadro 09 verifica-se também que as três cooperativas que apresentaram capacidade para financiar ativos fixos e capital de giro apresentaram percentuais acima de 70%, o que significa que foi priorizada a aplicação interna de recursos.

QUADRO 08 – Indicadores de Autofinanciamento das pequenas e médias cooperativas
Autofinanciamento 1: A1 – R\$

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
COLARI	8.069,13	-2.596.511,41	-793.906,43	-40.677,12	18.247,91
COOCAROL		2.000.177,00	1.744.682,00	4.108.877,00	788.406,00
CCOOPERPONTA		177.992,75	291.097,85	630.635,81	796.844,11
BOM JESUS		1.857.562,38	2.558.767,23	1.884.038,42	4.812.793,74
COOPERLAC			128.816,02	-273.945,36	-3.154,82

Fonte: elaborado pelos autores

QUADRO 09 – Indicadores de Autofinanciamento das pequenas e médias cooperativas

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
COLARI	7,49%	1081774,0%	-870,72%	-107,84%	35,76%
COOCAROL		100,0%	98,69%	98,14%	65,08%
CCOOPERPONTA		69,9%	100,00%	100,00%	100,00%
BOM JESUS		89,4%	88,93%	53,36%	97,91%
COOPERLAC		0,0%	56,43%	-144,92%	-1,08%

Autofinanciamento 1: A1 - %

Fonte: Elaborado pelos autores

No grupo das grandes cooperativas também não foi possível calcular os indicadores de todas cooperativas em todos os anos, em virtude da não elaboração ou divulgação da DOAR: Coopavel, Capal em 2000 e 2001, Coagro em 2001, coopermibra em 2000, 2001 e 2002 e a Coopervale em 2001 e 2002.

Através do Quadro 10, observa-se que o grupo das grandes cooperativas as cooperativas, que conseguiram autofinanciar suas aplicações externas nos períodos analisados são: Copacol, Corol, Coagro, Batavo, Coamo, Capal, Coopermibra e Coopavel, ou seja 57%, sendo que todas as demais possuem o indicador negativo em um período analisado. Com isso pode-se constatar-se que as grandes cooperativas possuem em sua grande maioria capacidade para autofinanciar seus recursos externos com folga financeira para o financiamento de ativos fixos, como no grupo das pequenas e médias cooperativas observa-se a priorização para investimentos internos.

QUADRO 10 – Indicadores de Autofinanciamento das grandes cooperativas
Autofinanciamento 1: A1 – R\$

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
CONFEPAR	-127.874,56	2.154.409,26	1.681.035,63	1.738.830,45	1.969.726,42
COPACOL	3.604.772,33	15.227.961,68	4.763.578,08	15.892.801,81	22.585.023,00
CASTROLANDA	-2.052.000,00	6.861.000,00	9.092.000,00	13.027.000,00	23.052.000,00
COROL	5.314.365,60	5.305.463,24	7.608.456,54	10.504.014,18	15.922.945,00
INTEGRADA	3.959.684,15	7.014.266,74	10.374.665,09	-1.182.103,98	17.574.654,29
COOPAVEL			16.589.826,76	40.320.384,75	61.759.143,30
CAMDUL	-66.510,91	319.472,37	860.945,98	1.388.245,47	892.695,62
CAPAL			4.697.444,95	10.895.962,23	11.663.777,95
COAGRO	2.332.238,05		675.189,45	548.888,71	549.966,06
COOPERMIBRA				1.158.308,78	956.994,41
NOVA PRODUT.	339.842,21	-20.604,21	770.301,57	1.852.562,55	2.138.929,19
BATAVO	3.633.000,00	4.391.000,00	8.094.000,00	21.123.000,00	19.345.000,00
COAMO	13.752.018,83	30.815.801,00	64.786.745,00	208.744.712,00	226.481.753,00
COOPERVALE	-62.999.882,74			11.017.236,46	9.522.354,35

Fonte: Elaborado pelos autores

QUADRO 11 – Indicadores de Autofinanciamento das grandes cooperativas
Autofinanciamento 1: A1 - %

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
CONFEPAR	-56,19%	96,40%	94,44%	79,09%	84,22%
COPACOL	46,66%	84,75%	49,80%	82,45%	82,40%
CASTROLANDA	-35,96%	74,40%	82,49%	65,84%	90,93%
COROL	73,76%	78,42%	81,53%	95,51%	92,23%
INTEGRADA	78,36%	86,20%	83,70%	-6,00%	76,32%
COOPAVEL	0,00%	0,00%	84,53%	90,73%	94,33%
CAMDUL	-179,52%	63,97%	91,90%	96,08%	88,63%
CAPAL	0,00%	0,00%	99,04%	99,99%	89,76%
COAGRO	98,99%	0,00%	89,15%	82,43%	64,55%
COOPERMIBRA	0,00%	0,00%	0,00%	72,31%	45,81%
NOVA PRODUT.	98,42%	-3,78%	83,71%	96,19%	94,11%
BATAVO	77,33%	81,53%	80,96%	83,26%	78,52%
COAMO	34,34%	57,73%	63,28%	75,92%	80,50%
COOPERVALE	-1221,41%	0,00%	0,00%	69,45%	49,58%

Fonte: Elaborado pelos autores

O segundo indicador de autofinanciamento foi calculado a partir do montante obtido no autofinanciamento 1, subtraindo-se o valor dos investimentos em ativos fixos (imobilizado) da cooperativa. Observa-se na Tabela 9, que no grupo das pequenas e médias cooperativas, somente a Cooperponta conseguia autofinanciar seus ativos fixos, com excedente para o financiamento do

capital de giro; a Coocarol teve um desempenho satisfatório até 2003, sendo que somente em 2004 o indicador foi negativo, as demais obtiveram o indicador do autofinanciamento 2 positivo somente em um período analisado. Ao analisar o quadro 13 verifica-se que no grupo das pequenas e médias após os investimentos em ativos fixos há um excedente de aproximadamente 90% em algumas cooperativas para o financiamento do capital de giro.

**QUADRO 12 – Indicadores de Autofinanciamento das pequenas e médias cooperativas
Autofinanciamento 2: A2 – R\$**

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
COLARI	-210.284,62	-3.973.080,96	-887.902,37	-80.015,12	8.791,73
COOCAROL		1.138.594,00	1.059.665,00	2.278.120,00	-4.495.622,00
COOPERPONTA		173.284,75	273.450,41	624.509,77	779.820,43
BOM JESUS		516.385,83	-3.219.103,44	-1.577.842,46	2.498.905,11
COOPERLAC			41.251,43	-342.416,00	-222.106,54

Fonte: Elaborado pelos autores

**QUADRO 13 – Indicadores de Autofinanciamento das pequenas e médias cooperativas
Autofinanciamento 2: A2 - %**

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
COLARI	-2606,04%				48,18%
COOCAROL		56,92%	60,74%	55,44%	-570,22%
COOPERPONTA		97,35%	93,94%	99,03%	97,86%
BOM JESUS		27,80%	-125,81%	-83,75%	51,92%
COOPERLAC			32,02%	124,99%	

Fonte: Elaborado pelos autores

Das catorze cooperativas agropecuárias do grupo das grandes cooperativas, o melhor desempenho neste indicador foi obtido pelas cooperativas Batavo e Coamo que apresentaram em quatro períodos analisados recursos próprios, ou seja autofinanciamento para financiar seus ativos fixos (imobilizações), restando ainda recursos para o financiamento do capital de giro. A cooperativa que teve o desempenho mais negativo foi a Nova Produtiva que apresentou em todos os períodos analisados o indicador negativo, que significa que ela buscou capitais de terceiros para financiar seus ativos fixos; as demais apresentaram em dois ou três períodos o indicador positivo. Através do quadro 15 observa-se também que a Castrolanda que possuía a maior capacidade de autofinanciamento não conseguiu acumular recursos próprios para o financiamento do seu capital de giro, e que cooperativas com capacidade de autofinanciamento menor, como a Coamo, Copacol e Batavo, conseguem reter recursos próprios na maioria dos períodos analisados para o financiamento do seu capital de giro.

**QUADRO 14 – Indicadores de Autofinanciamento das grandes cooperativas
Autofinanciamento 2: A2 – R\$**

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
CONFEPAR	-1.295.758,77	-2.191.353,72	-4.325.050,36	-886.621,96	-4.918.983,88
CAPACOL	-3.081.364,41	2.069.604,76	24.513.431,33	707.530,53	-10.222.466,31
CASTROLANDA	-6.898.000,00	1.156.000,00	-8.152.000,00	-4.745.000,00	2.419.000,00
COROL	4.242.103,36	-9.211.945,60	310.445,70	-18.903.077,94	1.956.842,50
INTEGRADA	-135.131,50	851.344,89	-8.187.346,78	-15.092.512,72	-2.557.149,42
COOPAVEL			-1.131.735,07	8.867.291,94	18.890.638,96
CAMDUL	-268.497,40	-588.230,31	-9.948.290,70	200.077,87	-486.472,28
CAPAL			3.576.311,04	3.186.869,45	7.883.326,58
COAGRO	2.047.872,64		-226.878,23	-1.179.086,99	-1.272.773,54
COOPERMIBRA				-1.115.674,68	-9.942.771,32
NOVA PRODUT.	-130.711,62	-2.217.662,84	-4.981.861,13	-606.082,33	-1.686.345,61
BATAVO	3.169.000,00	-2.225.000,00	827.000,00	11.878.000,00	12.874.000,00
COAMO	-5.804.954,24	20.634.413,00	24.622.888,00	99.886.802,00	142.033.524,00
COOPERVALE	-66.574.646,55			-54.500.454,09	-62.873.411,82

Fonte: Elaborado pelos autores

**QUADRO 15 – Indicadores de Autofinanciamento das grandes cooperativas
Autofinanciamento 2: A2 – %**

COOPERATIVA	2000	2001	2002	2003	2004
CONFEPAR	1013,30%	-101,71%	-257,28%	-50,99%	-249,73%
CAPACOL	-85,48%	13,59%	-514,60%	4,45%	-45,26%
CASTROLANDA	336,16%	16,85%	-89,66%	-36,42%	10,49%
COROL	79,82%	-173,63%	4,08%	-179,96%	12,29%
INTEGRADA	-3,41%	12,14%	-78,92%	1276,75%	-14,55%
COOPAVEL			-6,82%	21,99%	30,59%
CAMDUL	403,69%	-184,13%	-1155,51%	14,41%	-54,49%
CAPAL			76,13%	29,25%	67,59%
COAGRO	87,81%		-33,60%	-214,81%	-231,43%
COOPERMIBRA				-96,32%	-1038,96%
NOVA PRODUT.	-38,46%	10763,15%	-646,74%	-32,72%	-78,84%
BATAVO	87,23%	-50,67%	10,22%	56,23%	66,55%
COAMO	-42,21%	66,96%	38,01%	47,85%	62,71%
COOPERVALE	105,67%			-494,68%	-660,27%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados apresentados da amostra demonstraram que todas as cooperativas agropecuárias analisadas classificadas no grupo das pequenas e médias e no grupo das grandes cooperativas possuíam capacidade de autofinanciamento em todos os períodos analisados; só que ao se calcular os indicadores de autofinanciamento 1 e autofinanciamento 2, ficou evidenciado que as cooperativas não conseguem em sua grande maioria, tanto no grupo de pequenas e médias, como no grupo das grandes cooperativas ter condições para se autofinanciar o seu processo de

expansão e o seu capital de giro, e isso significa que as mesmas não possuem independência financeira em relação as instituições de mercado financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente artigo pode-se concluir que a capacidade de autofinanciamento, ou seja, o poder de autofinanciar-se, constitui para todas as entidades, um fator fundamental para sua sobrevivência, pois as cooperativas que são limitadas na geração de recursos próprios. Infelizmente, são obrigadas a arcar com as elevadas taxas de juros, cobradas pelas instituições financeiras, para emprestar-lhes este tipo de recursos e também que quanto melhor estruturada econômica e financeiramente encontrar-se a cooperativa agropecuária, principalmente no que se refere ao sua capacidade de autofinanciar, mais acesso ela terá a recursos de terceiros para financiar seu processo de expansão.

Através dos indicadores de autofinanciamento pode-se verificar que em ambos os grupos, pequenas e médias e grandes cooperativas em todos os períodos analisados possuem captação interna de recursos próprios, mas também ficou evidenciado que as cooperativas de ambos os grupos na sua grande maioria não conseguem financiar seu capital de giro.

Os recursos captados internamente (capacidade de autofinanciamento) são utilizados para aplicações externas, ativos fixos e em alguns casos para o financiamento do capital de giro.

A capacidade de autofinanciamento, ou seja, a acumulação de recursos próprios nas cooperativas agropecuárias como fonte de financiamento dos investimentos e do capital de giro, são necessárias para diminuir a dependência do mercado financeiro, pois os juros acabam corroendo a rentabilidade das empresas.

Ao analisar a estrutura das cooperativas agropecuárias da amostra, conclui-se que a formação do autofinanciamento é um fator relevante ao desenvolvimento econômico das cooperativas, mas observa-se que as cooperativas analisadas não conseguem ter uma política de captação interna de recursos, possivelmente gerada pela própria doutrina cooperativista, mas percebe-se que a orientação para o financiamento através do autofinanciamento não é oposta a doutrina cooperativista, mas sim, uma condição para que a cooperativa possa se manter no mercado e cumprir sua missão prestando serviços aos seus associados e os remunerando melhor.

Conclui-se também que a DOAR, é uma demonstração de suma importância para os indicadores de autofinanciamento, sendo que mesmo a sua elaboração não sendo obrigatória para as cooperativas agropecuárias, deveria ser elaborada para o apoio ao processo de gestão financeira cooperativista, pois só a avaliação do nível de endividamento da cooperativa sem relaciona-lo aos indicadores de autofinanciamento não trazem informações suficientes para uma boa gestão financeira.

REFERÊNCIAS

CALABI, A S. **Geração de poupanças e estrutura de capital das empresas no Brasil.** Relatório de pesquisa. São Paulo: IPEA/USP, 1981.

FILARDO, M. L. R. **Fontes de financiamento das empresas no Brasil.** Dissertação de Mestrado FEA/USP. São Paulo, 1979. p. 22-23.

FLEURIET, M. **A dinâmica financeira das empresas brasileiras.** Belo Horizonte: Edições Fundação Dom Cabral, 1980.

GIMENES, R. M. T. **Estrutura de capital e capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias Consolata (Copacol) e Mista do Oeste (Coopagro):** um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1995.

GIMENES, R. M. T; GIMENES, F. M. P. **Financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias:** uma investigação empírica sob a perspectiva do modelo Fleuret. Revista da FAE, Curitiba, v.8, n.1 p.103-115, jan-jun.2005

LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa. In: PINHO, D. B. org. **Tipologia cooperativa** – manual de cooperativismo. São Paulo: CNPQ, v. 4, p. 76-84, 1984.

MAGALHÃES, M. H. **Reservas e reavaliação do ativo imobilizado de cooperativas.** São Paulo, Séc. de Agricultura de São Paulo/Depto de Assistência ao Cooperativismo, 1975.

MARRIS, R. & WOOD, A. **The corporate economy.** London, 1971. p. 87.

QUEIROZ, A. D. **Integração dos sistemas de produção e finanças:** demonstrativos e análise dos fluxos de fundos. Trabalho submetido à Comissão Examinadora do Concurso Público na Carreira do Magistério Superior. Florianópolis, 1988.

STEIDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 40.